Feminismo, Relações Internacionais E Cinema: Uma Análise Das Contribuições Do Movimento Feminista Para As Disciplinas Do Cinema E Das Relações Internacionais

Juliana Zanoni Tao[1]

Resumo: O presente artigo aborda sobre a contribuição do movimento feminista para o cinema e as Relações Internacionais. Para isso, o objetivo foi estabelecer uma relação entre a teoria feminista do cinema e as abordagens feministas das Relações Internacionais, através de uma reflexão acerca do contexto histórico-teórico envolvendo a temática. Com isso, por meio de revisões bibliográficas, foi possível aprofundar nos principais pontos nas abordagens escolhidas. Neste viés, o artigo tem como pergunta-problema como esses enfoques teóricos tratam o conceito de gênero em seus campos de estudo. Em vista disso, analisou-se que há muito de se explorar no que se concerne os temas de relações internacionais, feminismo e cinema.

Palavras-chave: relações internacionais; feminismo; teoria; cinema.

1 Acadêmica do quinto semestre do curso de Relações Internacionais pela Faculdade Integrada das Cataratas (UDC). E-mail: taona08@gmail.com.

1 Introdução

Pedro e Guedes atestam que "a luta das mulheres, sobretudo por nascer e consubstanciar-se em meio a determinismos econômicos que insistem em afirmarem-se como naturais, afirma-se como diária e difícil" (PEDRO; GUEDES, 2003, p. 3). Com isso, entende-se que a trajetória de tal batalha é constante, e deste modo, é de relevância o compreendimento de como se deu e permanece acontecendo tal fenômeno. Nesse contexto, entende-se também que o movimento feminista serviu como fundamentação e ponto de partida para a contestação do papel e da imagem da mulher nos diferentes espaços e campos de estudo.

Assim, destaca-se o advento da teoria feminista do cinema na década de 1960. Nesse âmbito, o campo de estudo cinematográfico compreendeu que a reformulação da representação da mulher era necessária mas, mais que isso, era preciso também entender as estruturas que formavam e baseavam a discriminação de gênero que originou os estereótipos, nos quais, então, constituíam a imagem da mulher no cinema.

Do mesmo modo, aproximadamente três décadas depois, em outra área teórica, nas Relações Internacionais, o feminismo começou a pautar discussões. Nesse sentido, as abordagens feministas das Relações Internacionais, embora tenham sido tratadas apenas recentemente, surgiram a partir da desconstrução da disciplina e foram consolidadas como um campo de estudo que visa a analisar os fenômenos do cenário político internacional sob a perspectiva de gênero. Com isso, a corrente teórica pôde contribuir para ampliar as compreensões envolvendo agentes não estatais, pessoas marginalizadas e outros grupos que historicamente foram excluídos do debate político internacional.

Em vista das abordagens feministas das Relações Internacionais e da teoria feminista do cinema, foi possível realizar uma análise dos principais pontos desses pensamentos para o entendimento de cada um. Dessa forma, este artigo teve como propósito criar uma conexão entre a teoria feminista do cinema e as abordagens feministas das relações internacionais. Assim, foi de interesse contextualizar historicamente o movimento feminista não apenas como social, mas também como político, pois houve uma disseminação de ideias e mudanças que influenciaram novas abordagens nos campos de estudo do cinema e das relações internacionais.

Para que a pesquisa fosse possível, a metodologia utilizada foi a revisão sistemática. Nesse sentido, buscou-se identificar, selecionar e avaliar criticamente a literatura disponível acerca do tema para responder a pergunta-problema. Em vista disso, o método consistiu em uma revisão bibliográfica, ou seja, a elaboração de um artigo com base em livros e artigos científicos publicados. As obras da língua inglesa foram traduzidas livremente quando houve a necessidade de referencial teórico para fundamentar um ponto abordado dentro deste artigo. Com isso, as análises de tais monografias, periódicos e/ou livros foram devidamente referenciadas para apoio científico.

O artigo organiza-se da seguinte forma. Primeiro, descreve historicamente o movimento feminista até sua consolidação como um debate atual. A partir da explicação histórica e teórica, na qual se apresentou a teoria feminista do cinema e das relações internacionais, o próximo item (três) teve como objetivo trazer a convergência das abordagens uma vez reconhecendo semelhanças entre ambas correntes teóricas. Inicialmente, dentre essas, pode-se destacar o interesse em investigar características em suas áreas de estudo sob uma perspectiva de gênero, com o propósito de avaliar a posição da mulher. Além disso, nota-se, nestes enfoques teóricos, o esforço para desconstruir os significados atribuídos à dicotomia feminino/masculino.

Por fim, retoma-se aos principais pontos abordados ao longo deste artigo, assim como seus possíveis desdobramentos. Nesse viés, analisou-se que o tema abordado possui muitas ramificações, uma vez sendo entendido que é possível explorar os pontos de convergências entre as diferentes abordagens feministas das RIs e o cinema. Além disso, concluiu-se, enfim, que uma reflexão sobre os significados presentes nas relações internacionais e no cinema pode ser importante para compreender como estes influenciam tanto indivíduos quanto estruturas.

2 Contextualização Histórica e Teórica: Feminismos no Cinema e nas Relações Internacionais

É fato que os movimentos sociais são precursores de mudanças estruturais na sociedade. Nesse viés, este item procura trazer uma análise teórica e histórica do movimento sociopolítico feminista. Com isso, pôde-se introduzir dois temas originados e influenciados por tal debate: a teoria feminista do cinema e

as abordagens feministas nas relações internacionais. Diante disso, procurou-se aprofundar em principais pontos específicos de cada, remetendo à sua relevância para o seu campo de estudo.

2.1 Histórico do Movimento Feminista

Desde os primórdios da civilização ocidental, na Grécia por exemplo, a posição social da mulher já havia sido definida — por homens — como inferiores a eles (PEDRO; GUEDES, 2010). Nesse contexto, é possível distinguir, através das descrições de Aristóteles, o esboço da organização social da cidade-Estado grega, baseada na ideia de que alguns indivíduos eram naturalmente superiores a outros, e portanto, tinham o direito de governar. Essa ideia de hierarquia social foi incorporada ao pensamento ocidental e influenciou na estrutura social patriarcal que se consolidou e se tornou uma norma em muitas sociedades, limitando as possibilidades das mulheres e perpetuando a desigualdade de gênero (PEDRO; GUEDES, 2010).

Desse modo, destaca-se a seguinte afirmação: "Em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção" (ARISTÓTELES, 1991, *apud* PEDRO; GUEDES, 2010). Tal pensamento de inferioridade feminina foi reforçado por outros filósofos e pensadores ao longo da história e se tornou uma justificativa para a exclusão das mulheres da vida política e pública. Com isso, compreende-se que discursos como estes, provenientes de narrativas da sociedade patriarcal, constituem a base estrutural para as relações de poder envolvendo mulher e sociedade, uma vez que são tais nexos, os formadores e modificadores da trajetória de identidade feminina.

Em vista disso, ressalta-se Pedro e Guedes (2010), os quais estabelecem que a construção das funções sociais atribuídas às mulheres e aos homens não se podem restringir apenas ao campo biológico de diferentes órgãos sexuais. Neste contexto, apresenta-se Simone de Beauvoir, em seu livro "O Segundo Sexo" (1949), no qual argumenta que a mulher é vista como um "outro" em relação ao homem, uma vez que as diferenças biológicas entre os sexos foram utilizadas como justificativa para a opressão das mulheres.

Com isso, Beauvoir denuncia a construção social da feminilidade, que é imposta às mulheres desde o nascimento, e defende a importância da luta feminista

para a conquista da igualdade de direitos (BEAUVOIR, 1949). Nesse viés, faz-se necessário o entendimento de que os significados que lhes são atribuídos são socialmente construídos. Deste modo, tais papéis são designados a fim de servirem à conjuntura sociopolítica de um Estado, uma vez que irão conservar relações de poder presentes.

> É possível afirmar que os papéis designados a homens, ou a mulheres, não são atribuições naturais ou biológicas, mas sim construídos de acordo com as necessidades sócio-econômicas de cada sociedade" (PEDRO; GUEDES, 2010, p. 3).

Diante disso, destaca-se o advento da Revolução Industrial do século XVIII, marcada por industrialização, urbanização e desenvolvimento de tecnologias, os quais impactaram profundamente a vida das mulheres, principalmente na Europa Ocidental e na América do Norte (BEAUVOIR, 1949). Com a mecanização das indústrias, o trabalho que antes era feito predominantemente em casa e em pequenas oficinas se deslocou para as fábricas, onde as mulheres passaram a trabalhar em larga escala. A partir daí, surgiu uma nova classe trabalhadora composta principalmente por mulheres e crianças. Essa realidade levou ao surgimento de movimentos sociais e políticos em defesa dos direitos das mulheres (BEAUVOIR, 1949).

Nesse contexto, as alterações ocorridas no campo econômico, social e político refletiram na vida da mulher do século XIX (PEDRO; GUEDES, 2010). Entretanto, vale notar que, ainda segundo Pedro e Guedes (2010), elas continuaram excluídas dos direitos civis e políticos. Desta forma, propõe-se o que pode ser chamado de a Primeira Onda do Feminismo, momento no qual as mulheres coordenam uma luta por seu direito ao voto e inserção na política (GURGEL, 2010).

Nesse período, as mulheres buscavam a igualdade formal com os homens, lutando por direitos que eram negados, como o acesso à educação, à propriedade e à participação política. O movimento feminista da primeira onda foi caracterizado por uma forte presença de mulheres brancas de classe média, que lutavam por seus direitos dentro dos moldes do sistema existente. Essas mulheres acreditavam que a igualdade de gênero poderia ser alcançada por meio da legislação e da participação política, e não questionavam a estrutura social e econômica em que viviam (PETERSON, 1992).

> As mulheres defendiam que o sufrágio universal possibilitaria o acesso das mulheres ao parlamento e por conseguinte abriria a possibilidade de mudança no conjunto das leis e instituições. A luta sufragista também possibilitaria uma ampla aliança entre as mulheres, unificando posições políticas diferentes (GURGEL, 2010, p. 3).

Assim, nesta sequência, destaca-se o movimento feminista da década de 1960, conhecido também como a Segunda Onda. Neste cenário, as desigualdades institucionais foram incorporadas nas discussões uma vez que diversos grupos minoritários e outros segmentos sociais se mobilizaram para questionar, segundo Gurgel (2010, p.5), "todas as formas de autoritarismo, totalitarismo, colonialismo e ações militaristas sob a vida e dignidade humana". Nesse sentido, a base estrutural do patriarcado passou a ser questionada de modo a iniciar a desnaturalização do papel social da mulher (GURGEL, 2010). Com isso, a agenda feminista integrou diversos temas, incluindo o elemento de representação da mulher no cinema e a importância do gênero na ação dos atores no sistema internacional.

2.2 Panorama Conceitual de Patriarcado

Morgante e Nader (2014) constroem, de modo pragmático, uma trajetória para as linhas interpretativas do conceito de patriarcado. Nesse sentido, segundo as autoras, observa-se que para algumas teóricas feministas, a palavra é refutada, sendo utilizada como adjetivo, e para outras, o termo deve ser utilizado em sua forma substantiva. Deste modo, as controvérsias existentes ao redor do termo formam uma complexidade em torno das teorias feministas. As autoras afirmam:

> Segundo Christine Delphy, há mesmo uma falta de unanimidade quanto à utilização do conceito de patriarcado entre as feministas, e as dessemelhanças nas funções atribuídas ao termo nas diversas análises são reveladoras das clivagens mais elementares existentes no interior do movimento feminista (MORGANTE; NADER, 2014, p. 2).

À vista disso, algumas teóricas utilizam o conceito em sua forma adjetiva, remetendo ao termo weberiano de patriarcalismo. Desta forma, ele é utilizado em conexões com a família patriarcal e, a partir disso, Morgante e Nader (2014, p.1) argumentam que é "em detrimento da referência ao patriarcado na forma substantiva — como um sistema, uma organização ou uma sociedade patriarcal". Neste âmbito, para alguns enfoques teóricos, ele se dá somente em nível familiar,

desconsiderando de certo modo as relações de poder e a relação com o Estado. Isso se dá, em grande parte, segundo as autoras (2014), porque Weber definiu seu conceito de patriarcado se referindo a um período anterior ao advento do Estado e deste modo, seria desapropriado se utilizar do termo em sociedades capitalistas uma vez que se faz a alusão a definição weberiana (MORGANTE; NADER, 2014).

Entretanto, para as feministas radicais, Morgante e Nader (2014, p.2) afirmam que "ao denunciar a dominação patriarcal, faziam-no negligenciando o termo conforme a definição de Weber". Desse modo, pôde-se se adequar o conceito em sua forma substantiva, na qual é possível abranger e comportar as singularidades das relações de poder, dos veículos institucionais e dos meios de comunicação na sociedade contemporânea. Consequentemente, neste artigo, o conceito de patriarcado foi utilizado de modo substantivo. Isso porque, a partir do seu uso amplo, além de ser possível abarcar as complexidades, pode-se também realizar uma análise da estrutura de dominação e exploração de mulheres, historicamente e geograficamente localizadas (MORGANTE; NADER, 2014).

> O uso de patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais (MORGANTE e NADER, 2014, p. 3).

2.3 Teoria Feminista do Cinema

O movimento feminista possibilitou a inserção da expressão e da linguagem na agenda política. Assim, compreende-se que em um primeiro momento, o cinema reflete interpretações socialmente construídas da sociedade (MULVEY, 1989). Deste modo, as teóricas da área, como Mulvey, se dispuseram da psicanálise para entender a estrutura de formação de obras. Mais que isso, o cinema feminista se apropriou destes princípios para analisar as ações subconscientes dos indivíduos na sociedade patriarcal.

Em vista disso, com o prelúdio do pós-estruturalismo na filosofia contemporânea, compreende-se no campo cinematográfico que apenas a mudança da imagem da mulher nas longas-metragens não seriam suficientes para transformar

a estrutura subentendida dos conceitos patriarcais dentro do espaço (SMELIK, 2016). Neste viés, Smelik (2016) atesta que a teoria feminista do cinema surge juntamente com os demais movimentos sociais da década de 1970, incluindo claramente, o feminismo.

Neste contexto, a corrente teórica se orientava para o propósito de entender o cinema como, segundo Smelik (2016, p.1, tradução nossa), "uma prática cultural que representa e reproduz mitos sobre mulheres e feminilidade" . Mais que isso, a autora propunha um saber além do entendimento de semânticas contidas no cinema, e neste caso, determinou-se para uma análise das estruturas sociais que a assimilação das representações foi construída (SMELIK, 2016). Deste modo, observou-se que a filmologia pode ser entendida como um meio de comunicação com capacidade de disseminação de estereótipos através de representações e interpretações, as quais são, muitas vezes, equivocadas e partem de pressupostos machistas. De acordo com a autora:

> Usando insights de uma crítica marxista da ideologia, semiótica, psicanálise e desconstrução, a teoria feminista do cinema afirma que o cinema é mais do que apenas um reflexo das relações sociais: o filme constrói ativamente significados de diferença sexual e sexualidade (SMELIK, 2016, p. 1, tradução nossa).

De acordo com a citação acima, entende-se que as semânticas retratadas em filmes de *Hollywood*, por exemplo, não são utilizadas sem atribuição ou sem um propósito específico. Nesse sentido, vale notar que, retomando aos aspectos de ideologia patriarcal mencionados anteriormente, as diferentes representações da mulher em obras cinematográficas se deram a partir de uma relação para com homens ou de acordo com a história do personagem masculino. Com isso, vale ressaltar de que modo este aspecto se concretizou juntamente com um método popularmente incorporado em filmes.

2.3.1 Prazer Visual

A fascinação que *Hollywood* conseguiu construir com seus filmes vem do aperfeiçoamento e manipulação do prazer visual (MULVEY, 1989). Trazendo este pensamento para a teoria feminista, Mulvey (1989) observa que o aspecto erótico foi introduzido para servir e dialogar com a ordem patriarcal dominante e, neste

caso, o papel central, e paraxodalmente secundário, da mulher na narrativa. Neste âmbito, Smelik analisa as contribuições de Mulvey acerca da integração do prazer visual pelas estruturas do voyeurismo e narcisismo para a imagem. Com isso, ela explica que o prazer visual voyeurístico é produzido olhando para o outro, enquanto o prazer visual narcísico pode ser derivado da auto-identificação com a figura na imagem" (SMELIK, 2016, p.2, tradução nossa). Dessa forma, Mulvey (1989) analisa como estes conceitos permeiam o aspecto do gênero.

Neste sentido, as narrativas das clássicas longas-metragens são caracterizadas pelo ponto de vista do personagem masculino direcionando seu campo de visão para a personagem feminina (SMELIK, 2016). Assim, o espectador é propenso a se identificar com a visão masculina, por meio da qual objetifica a mulher. Mais que isso, Smelik (2016) ressalta que ambos o voyeurismo e a identificação narcisista dependem desse controle de poder e do ponto de vista do homem para com a representação objetificada da mulher.

Além disso, tal problemática perpassa uma segunda faceta: a espectadora feminina (SMELIK, 2016). O cinema até então não permitia um espaço de espetáculo orientado para mulheres. Em outras palavras, a interpretação da representação feminina estava intrinsecamente ligada à experiência e visão masculina em uma sociedade patriarcal. Deste modo, tal objetificação foi reforçada e disseminada de modo implícito uma vez que este aspecto da narrativa masculina é, muitas vezes, imperceptível. Nesse âmbito, percebeu-se a necessidade de práticas cinematográficas voltadas e/ou concebidas para e por mulheres, uma vez que se tem a possibilidade de a mulher passar a aceitar estereótipos patriarcais de si mesma ao encarar sua sexualidade, suas emoções e sua própria condição de mulher com os olhos masculinos.

Em vista disso, vale ressaltar então que a teoria feminista do cinema contribuiu também para o surgimento do protagonismo da profissão da mulher como diretora e roteirista. Com isso, pode-se observar que houve uma mudança de direção em narrações produzidas por mulheres, uma vez que o ponto de vista deixa de partir da perspectiva do personagem masculino. Desta forma, as representações femininas atraem as espectadoras para uma provocação da tão mencionada objetificação. Logo, compreende-se, no espaço cinematográfico, a possibilidade de novas orientações e da superação dos desafios propostos pelo patriarcalismo.

2.4 Teoria Feminista das Relações Internacionais

Em um primeiro momento, observa-se que o feminismo se expressou nas Relações Internacionais de modo muito tardio em comparação a outras ciências humanas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Apesar disso, Nogueira e Messari alegam que:

> Com o estupro de mulheres se tornando uma arma para a limpeza técnica em algumas guerras de caráter étnico da década de 1990, a disciplina de Relações Internacionais não teve mais como não lidar com a relevância da categoria de gênero na política internacional (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 223).

De acordo com o exposto, observa-se que a masculinidade é uma característica que permeia as estratégias de políticas de poder em defesa do interesse nacional e até mesmo nos discursos políticos (ZALEWSKI; ENLOE, 1995, apud NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Com isso, nota-se que a presença do patriarcalismo no cenário internacional não é apenas uma questão de desigualdade de gênero, mas também está ligada à forma como se age e se pensa no âmbito internacional. O sistema internacional patriarcal influencia a forma como são tomadas as decisões políticas e econômicas, bem como as relações entre países. As mulheres têm sido historicamente excluídas desses espaços de poder e decisão, o que tem impactado diretamente nas políticas e práticas internacionais (PETERSON, 1992).

A desigualdade de gênero no cenário internacional se reflete em questões como a ausência de mulheres em cargos de liderança política e diplomática, a violência sexual como arma de guerra e a exploração de mulheres em trabalhos precários e em situações de tráfico humano (PETERSON, 1992). Portanto, é necessário questionar e desafiar as estruturas patriarcais presentes no cenário internacional a fim de alcançar uma mudança significativa na forma como se age e se pensa em nível global.

Diante disso, os estudos da disciplina das Relações Internacionais, dispuseram-se a tratar de práticas de poder e política no âmbito internacional. Dessa forma, o terceiro grande debate das Relações Internacionais ocorreu na década de 1980 e foi marcado pela crítica à abordagem predominante da teoria do realismo. Nesse contexto, autoras feministas como Cynthia Enloe e J. Ann Tickner contribuíram para a ampliação da discussão sobre gênero e relações internacionais, ao

questionar a ausência de mulheres na análise das relações de poder e das dinâmicas internacionais.

Por exemplo, Tickner (1990), em seu artigo "*You Just Don't Understand*", criticou a falta de sensibilidade dos teóricos de relações internacionais em relação à perspectiva feminina, argumentando que a teoria deveria se preocupar com o ponto de vista de diferentes atores e não apenas com o Estado de forma a tratar que teorias são escritas sob uma perspectiva e para alguém.

Assim, compreendeu-se que, tendo em conta os distintos focos de análise, as teorias de Relações Internacionais são uma pluralidade para se conviver e as várias correntes teóricas coexistem entre si, criticando, absorvendo e/ou ampliando conceitos de uma e outra (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Isto posto, abriu-se espaço para que novas teorias sejam desenvolvidas de modo a permitir a existência de diferentes perspectivas e a ressignificação de temas chaves como segurança, poder e soberania, neste caso a partir de uma perspectiva de gênero.

Assim, Mendonça (2016, p. 9) defende que "o feminismo como teoria das RI é essencial para provar como as várias formas de poder público e privado são usados para legitimar, controlar e perpetuar essas noções de gênero". Nesse sentido, a autora cita teóricas clássicas como Enloe e Tickner, as quais constroem uma ligação direta entre feminismo e ciência política. Por exemplo, a autora aponta Tickner, a qual apresenta que em espaços políticos, como no congresso, as mulheres são, muitas vezes, associadas a áreas consideradas de sua expertise, ou seja, mais "femininas", como a educação:

> Por serem consideradas frágeis e sensíveis em comparação ao homem, as mulheres, então, possuem menos confiança no que tange questões como guerras, política externa, defesa nacional, entre outros. Isso porque a força está no presidente, e este mesmo presidente, em sua grande maioria, é homem. Dessa forma, a figura de força fica na mente da sociedade como pertencente — quase que exclusivamente — ao gênero masculino (MENDONÇA, 2016, p. 9).

Além disso, Monte (2013) enfatiza que o gênero nas abordagens de análise da disciplina carrega explicações acerca das instâncias de constituição de identidades tanto de homens quanto de mulheres. Mais que isso, os estudos feministas das RIs não possuem, em seu foco de pesquisa, somente a superação da opressão da mulher, mas também "a construção de uma ordem internacional mais justa,

na qual hierarquias de gênero, classe ou raça, não estejam presentes" (MONTE, 2013, p. 10).

2.4.1 O Ponto de Vista Feminista

Segundo Nogueira e Messari (2005), Christine Sylvester identifica dois tipos de feminismo nas RIs: o ponto de vista feminista e o feminismo pós-moderno. Para os autores, o ponto de vista feminista é uma forma mais tradicional de feminismo, a qual busca abranger as questões de gênero nas relações de poder. Nesse sentido, a dominação dos homens na sociedade patriarcal seria substituída por uma perspectiva de origem feminina. Isso resultaria, para essa abordagem, em diferentes políticas de segurança, uma vez que as mulheres teriam o potencial de modificar as ações atuais coordenadas por um único gênero (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). De acordo com Sylvester,

> O feminismo de ponto de vista, por exemplo, postula que a teorização mudaria profundamente se fosse lançada a partir das perspectivas da vida das mulheres, mediada pela análise feminista e então construída em "uma base moral e cientificamente preferível para nossas interpretações e explicações da natureza e da vida social (SYLVESTER, 2001, p. 107, tradução nossa).

Além disso, Monte (2013) explica que, para Peterson e Runyan, há duas formas de estudar gênero como categoria de análise nas RIs. A primeira é chamada de "posição das mulheres" e é entendida como a reflexão sobre a ausência e/ou marginalização das mulheres no cenário internacional, na qual as teóricas fazem a seguinte pergunta-problema: onde estão as mulheres nas relações internacionais? (MONTE, 2013).

> Essas foram as feministas que passaram a buscar as mulheres, indivíduos, nas margens e nos espaços anteriormente impensados e impensáveis como parte das relações internacionais. Segundo Peterson e Runyan, essas seriam as feministas do ponto de vista (MONTE, 2013, p. 11).

A segunda, "poder de gênero", trata-se da reflexão sobre, de acordo com Monte (2013, p. 11), o "gênero como um sistema de símbolos empregados para interpretar a realidade e fixar significados" que marginalizam as mulheres, e em outras palavras, "a construção política de gênero". Desse modo, os significados atribuídos à noção de gênero perpassam não somente expectativas de comportamento, uma

vez que atuam como guia para nossas ações, mas também relações entre indivíduos e suas identidades. Com isso, ao considerar a diferença entre masculino e feminino como uma categoria socialmente construída, pode-se então compreender o gênero como um conceito que permeia relações de poder presentes em discursos e instituições (MONTE, 2013).

Assim, percebe-se uma necessidade de denúncia acerca do modo que a dicotomia entre feminino/masculino afeta o meio pelo qual se é produzido conhecimento, uma vez que tal distinção perpassa uma ideia de inferioridade/superioridade (VENTURA; KRITSCH, 2017). Nesse âmbito, vale ressaltar que as leituras feministas sobre política internacional têm o potencial de desafiar as verdades invisibilizadas pelas teorias tradicionais, em um sistema hierárquico e desigual, do campo das relações internacionais. Mais que isso, as políticas de poder são entendidas como um conjunto de práticas patriarcais que, de certo modo, servem como máscara para as desvantagens estruturais das mulheres na sociedade (VENTURA; KRITSCH, 2017).

3 Pontos de Convergência entre Cinema, Relações Internacionais e Feminismo

Considerando o contexto teórico anteriormente abordado, este tópico busca identificar pontos de convergência entre a teoria feminista do cinema e a perspectiva feminista em Relações Internacionais, além de explorar o potencial do cinema como estratégia de política internacional. Desse modo, utiliza-se dos principais pontos dos enfoques teóricos discutidos para localizar semelhanças entre ambas as abordagens, tendo em mente a constante luta das mulheres para se reafirmarem como membros de uma sociedade patriarcal.

Em um primeiro momento, destaca-se o cinema como uma ferramenta de convencimento. Nessa lógica, retomando as teóricas anteriores, Mulvey explica que "o cinema traz os modos como o inconsciente (formado pela ordem dominante) estrutura os modos de ver e o prazer de olhar (MULVEY, 1989, p. 7, tradução nossa)". Dessa forma, isso se relaciona, com o que Ventura e Kritsch (2017) alegam, de que reconhecer aquilo que é produzido domesticamente, nesse caso, as obras cinematográficas, também traz efeitos para a produção de normas, de relações e

de significados, os quais podem ter implicações sobre as práticas de poder em um nível internacional.

À vista disso, ambas as teorias afirmam que é preciso uma reestruturação dos campos de estudos perpassando a noção de gênero. Em outras palavras, como já mencionado anteriormente, é possível afirmar que a mudança de direção nas narrativas se fazia necessária para que se pudesse superar a visão de mundo masculina predominante até então. Isso porque, diante do reforço em disseminar pressupostos patriarcais, o espectador é propenso a se identificar com o ponto de vista do homem, no qual objetifica a mulher (SMELIK, 2016). Desse modo, a partir da teoria feminista do cinema, compreendeu-se a necessidade de um cinema produzido por mulheres. Isso relaciona-se novamente ao ponto de vista feminista, uma vez que:

> Admitir que o ponto de vista das mulheres produz narrativas, histórias, verdades e conhecimentos relevantes para a compreensão, análise e para produção de respostas normativas é parte da mudança de foco proposta pela perspectiva feminista apresentada pelo ponto de vista feminista (VENTURA; KRITSCH, 2017, p. 14).

Outrossim, vale ressaltar outro ponto de convergência entre as teorias: o questionamento de como lutar contra a estrutura inconsciente da linguagem firmada no patriarcado. Nessa direção, Mulvey (1989) e as teóricas feministas das Relações Internacionais como Cynthia Enloe, J. Ann Tickner, Spike Peterson, Christine Sylvester, entendem que não há uma alternativa fácil, mas, o ideal é começar pela desestruturação do sistema patriarcal e de suas ferramentas, como o cinema, discursos e instituições, uma vez desconstruindo também os significados atribuídos ao referido poder de gênero.

> A teoria feminista do cinema tem proposto um novo olhar a esse espaço obscurecido pela construção social de homens e mulheres. Essa perspectiva feminista visa a questionar os valores atribuídos à figura feminina, além de reagir ao poder centralizador masculino. Manifestações culturais em geral, e o cinema em particular, inscrevem de maneira nem sempre sutil as marcas ideológicas da construção da identidade dos indivíduos (KAMITA, 2017, p. 2).

De acordo com a citação acima, Monte (2013) apresenta o gênero como um conceito que carrega um conjunto de normas, estereótipos e sobretudo significados.

Desse modo, percebe-se que tais elementos são concepções que moldam as identidades dos indivíduos. Com isso, as feministas do ponto de vista tem como enfoque movimentos da política internacional que contribuem para a construção e preservação de modos de pensamento, esses sendo, muitas vezes, caracterizados pela dicotomia feminismo/masculino, na qual estrutura bases para a organização da sociedade patriarcal (MONTE, 2013).

Mais que isso, Kamita (2017) explica que a teoria feminista do cinema procura estabelecer uma trajetória histórica da presença da mulher no cinema e subverter as bases nas quais sustentam as interpretações machistas dos filmes. Nesse âmbito, oferecer uma nova perspectiva de visão, tanto para as RIs quanto para o espaço cinematográfico, é consideravelmente fundamental para os objetivos propostos pelas teorias.

4 Considerações Finais

É possível afirmar, diante dos princípios abordados, que existe uma área muito ampla para se explorar: a convergência entre cinema, mulher e relações internacionais. Nesse âmbito, compreendeu-se então que movimentos sociais como o feminismo, são de extrema importância para as mudanças em campos de estudos, mas, não obstante a isso, é relevante também para inovações em áreas de pesquisas e para novas visões de mundo, essas sendo, de preferência, uma amenização das opressões, desigualdades e discriminações existentes.

Com isso, tratou-se de que forma o cinema se modificou, desde o início do debate de pautas feministas, não somente na representação da mulher mas também no esforço de entender como tais estruturas de dominação se organizaram. Ademais, no âmbito das Relações Internacionais, há um esforço em aprofundar a contestação dos padrões masculinos dominantes em uma sociedade patriarcal, que muitas vezes passam despercebidos.

Desse modo, para ambas as teorias, a noção de gênero é uma característica que permeia tanto em obras cinematográficas quanto na produção de conhecimento, uma vez que mulheres também devem ser concebidas como indivíduos que gozam dos mesmos direitos e deveres que os homens. Assim, é fundamental produzir estudos que abordam as normas societais difundidas pelos significados atribuídos ao gênero de forma discriminatória.

Além disso, entre alguns desdobramentos que poderiam ter sido explorados, vale notar o aspecto da interseccionalidade, presente em alguns estudos de gênero. Nesse contexto, pode-se citar a autora Angela Davis, como uma das principais teóricas feministas no tema de interseccionalidade de raça, gênero e classe. Mais que isso, no campo das Relações Internacionais, as pesquisadoras pós-coloniais se destacam como fontes de estudos para o entendimento do dinamismo das relações sociais como não fixas.

Afinal de contas, Kamita (2017, p. 4) atesta que "o cinema é uma área importante para que se estabeleçam discussões sobre gênero", uma vez que se propõe como uma ferramenta de convencimento. Além disso, os pós-positivistas das Relações Internacionais se opõem à posição de neutralidade na produção de conhecimento que as teorias positivistas reivindicam. Nesse caso, declaram que, de fato, as teorias servem a um propósito ao difundir conceitos específicos e formar determinadas lentes de ver o sistema internacional.

Desse modo, entende-se que o discurso cinematográfico e a disciplina de Relações Internacionais são um espaço portador de visões de mundo, que carregam estereótipos, representações e lugares comuns de uma época, além de ser capaz de alterar as percepções dos indivíduos e difundir ideais. Isto posto, os enfoques de ambas as teorias não são específicos às mulheres e à agenda feminista, tem-se também a preocupação em tratar de representação, identidade, política, justiça e sobretudo, igualdade.

Feminism, International Relations and Cinema: An Analysis of the Feminist Movement's Contributions to the Disciplines of Cinema and International Relations

Abstract: This article reflects on the contribution of the feminist movement to the fields of study of Cinema and International Affairs. To this end, the objective was to present a reflection on the historical-theoretical context surrounding the theme and to establish a relation between feminist film theory and the feminist approaches to International Affairs. Through bibliographic reviews, it was possible to delve into the main points of the chosen approaches. In this sense, the article's problem-question is how these theoretical approaches address the concept of gender in their fields of study.

In view of this, it was analyzed that there is much to explore concerning the themes of International Affairs, feminism, and cinema.

Keywords: International Affairs; Feminism; Theory; Cinema.

Referências:

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

GURGEL, Telma. Feminismo E Luta De Classe: História, Movimento E Desafios Teórico-Políticos Do Feminismo Na Contemporaneidade. In: Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 1., 2010, Florianópolis. **Anais [...] .** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-9. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

KAMITA, Rosana Cássia. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 1393-1404, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1393. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/9K8vXW7x9JxZxm8rFN8NC7c/?lang=pt. Acesso em: 19 set. 2022.

MENDONÇA, Maria Zilka Farias de. TEORIA FEMINISTA E DOMINAÇÃO MASCULINA: ASPECTOS DE CONTINUIDADE E SEUS EFEITOS PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Neari em Revista**, Recife, v. 1, n. 2, p. 15-27, out. 2016. Disponível em: https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/355. Acesso em: 06 dez. 2022.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 424, p. 59-80, jan. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/r3pc8yVXBf6FqHPBBcH9Xxy/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: ANAIS DO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16.,

2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]** . Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014. p. 1-10. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

MULVEY, Laura. Visual Pleasure and Narrative Cinema. **Screen**. Glasgow, p. 6-18. 1 out. 1975. Disponível em: https://academic.oup.com/screen/article-abstract/16/3/6/1603296?redirectedFrom=fulltext. Acesso em: 05 ago. 2022.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teorias das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: ANAIS DO I SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GêNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. **Anais [...]** . Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. p. 1-10.

PETERSON, V. Spike. **Gendered States: Feminist (Re)Visions of International Relations Theory.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

SMELIK, Anneke. Feminist Film Theory. The Wiley Blackwell Encyclopedia Of Gender And Sexuality Studies, [S.L.], p. 1-5, 21 abr. 2016. **John Wiley & Sons, Ltd.** http://dx.doi.org/10.1002/9781118663219.wbegss148. Disponível em: https://www.annekesmelik.nl/wp-content/uploads/2015/08/Feminist-Film-Theory-Wiley_Smelik.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations An Unfinished Journey.** Cambridge: Cambridge Studies In International Relations, 2001. Disponível em: https://www.sedh.gob.hn/documentos-recientes/198-feminist-international-relations-an-unfinished-journey/file. Acesso em: 12 out. 2022.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics.** Berkeley: University of California Press, 1990.

TICKNER, Ann J. **You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists.** International Studies Quaterly, v.41, p.611-632, 1997.

VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, TEORIAS FEMINISTAS PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: UM BALANÇO DAS CONTRIBUIÇÕES RECENTES. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 6, n. 11, p. 24-57, jun. 2017. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6902/3844. Acesso em: 18 nov. 2022.